



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria Executiva de Gestão Administrativa

Despacho - SEEC/SEGEA

Brasília-DF, 09 de outubro de 2020.

À Unidade de Controle Interno – UCI,

Trata-se de solicitação contida no Memorando 481 (46862500), acerca do disposto no Ofício nº 7567/2020-GP (46644775), oriundo do Tribunal de Contas do Distrito Federal, que encaminha a Decisão Nº 3637/2020 (46702185), acerca da Representação nº 40/2012 - GPCF, referente possível omissão da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF em proceder a nomeações de candidatos aprovados em concurso público, apesar do déficit existente no quadro de Especialistas em Saúde, bem como sobre possível terceirização irregular de atividades afetas aos profissionais farmacêuticos ocorrida no Hospital Regional de Santa Maria.

Diante disso, a demanda foi apreciada no âmbito da Subsecretaria de Gestão de Pessoas desta Secretaria Executiva que exarou o Despacho SEEC/SEGEA/SUGEP/COACEP/DICAR (48274530), corroborado pelo Despacho SEEC/SEGEA/SUGEP (48304104), o qual daquele destacamos:

(...)

Acerca do quantitativo por especialidade, conforme já destacado em diversas oportunidades, no âmbito distrital não há delimitação legal de quantitativo por especialidade, visto que a legislação que trata das carreiras estabelece o quantitativo somente por cargos.

Tal situação está fundamentada nas permanentes mudanças vivenciadas pela sociedade, bem como na natureza dinâmica da Administração, de modo que, avaliado cenário em tempo real, as vagas possam ser distribuídas por especialidade visando prover os cargos conforme as necessidades da Administração em cada momento, respeitada a supremacia do interesse público. (grifou-se)

Acrescenta-se que a política de gestão de pessoas deve observar o conjunto das demandas do Estado e as respectivas articulações das partes interessadas, bem como as práticas de governança, sendo que a adequação dos recursos humanos constitui uma tarefa prioritária neste contexto de recursos finitos.

No que se remete a possíveis incongruências relativas às nomeações realizadas, ressalte-se que cabe à Secretaria de Estado de Saúde, dentro dos limites legais, inclusive de ordem orçamentária e financeira, definir suas prioridades, não cabendo interferência desta Pasta quanto às especialidades requeridas. (grifou-se)

Ademais convém ressaltar que, respeitados os limites impostos na legislação, todo o contexto deve ser avaliado pelo gestor público, em observância aos princípios constitucionais da razoabilidade e proporcionalidade, ou seja, estudos visando à adoção das melhores práticas para atingir o fim público pretendido, de modo a otimizar a utilização dos recursos públicos, sem que seja colocada em risco a continuidade da prestação dos serviços públicos.

Finalmente cabe destacar que, considerando o disposto nos autos, entende-se necessária oitiva da Secretaria de Estado de Saúde.

(...) **(grifo nosso)**

Isto posto, encaminhamos os autos a essa Unidade em prosseguimento do feito.

ISAIAS APARECIDO DA SILVA
Secretário Executivo de Gestão Administrativa
Substituto¹

¹ Ordem de Serviço nº 343, de 24 de setembro de 2020, publicado no DODF nº 184 de 28 de setembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ISAIAS APARECIDO DA SILVA - Matr. 0274229-2, Secretário(a) Executivo(a) de Gestão Administrativa-Substituto(a)**, em 09/10/2020, às 18:00, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **48743750** código CRC= **06796F69**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Praça do Buriti - Anexo do Palácio do Buriti, 6º Andar - Sala 610 - Bairro Zona Cívico-Administrativa - CEP 70075-900 - DF

3313-8198; 34146111